

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, ANTONIO GRAMSCI E CONTRIBUIÇÕES PARA UMA PERSPECTIVA CRÍTICA E TRANSFORMADORA

Rodrigo Machado¹; Marcos Sorrentino²

RESUMO

O presente texto deriva de tese baseada em pesquisa de doutorado em Ciência Ambiental, sendo um excerto em relação ao todo do trabalho. A pesquisa subsidiou um debate relativamente amplo sobre os campos da conservação, das áreas protegidas e unidades de conservação, dos conselhos gestores, participação social e incidência política, assim como da educação ambiental, apontando tensões discursivas e práticas, com disputas por hegemonia em cada um deles. Esse debate deu suporte a uma reflexão transversal em diálogo com categorias desenvolvidas pelo pensador marxista

-
- 1 Autor. Laboratório Educação e Política Ambiental Oca, Esalq – USP. Departamento de Ciências Florestais.
 - 2 Orientador. Laboratório Educação e Política Ambiental Oca, Esalq – USP. Departamento de Ciências Florestais.

comunista Antonio Gramsci. Para esta publicação a opção é compartilhar um recorte dessa elaboração mais abrangente, focando nas contribuições de algumas dessas categorias trabalhadas na tese à educação ambiental, de forma que se promova sua perspectiva crítica e sua potência transformadora de compreensões, de pessoas, coletivos e realidades revelando, assim, sua colaboração à Ciência Ambiental. O texto traz um esforço de sintetizar tais categorias gramscianas, de forma a familiarizar quem lê para então, na sequência, buscar expor contribuições dessas categorias à atribuição de sentidos e possibilidades teóricas, práticas e políticas da educação ambiental.

1.1 INTRODUÇÃO

O texto traz contribuições do pensamento de Antonio Gramsci à educação ambiental (EA). Gramsci foi um pensador marxista italiano do início do século XX, fundador do Partido Comunista da Itália e autor de elaborações não dogmáticas sobre o legado marxiano. Considera-se sua obra, assim como a de Marx, fundamental para compreender o mundo em sua atualidade e estratégica para a atuação política visando a sua transformação radical.

Tais aportes advieram de pesquisa apoiada em: revisão de literatura sobre o pensamento de Antonio Gramsci, consultando intérpretes, os Cadernos do Cárcere e outras obras tematizadas a partir deles; revisão sobre os campos sociais que conformaram o objeto da investigação – conservação, áreas protegidas e unidades de conservação (UC), conselhos gestores (CG), participação e incidência política e educação ambiental; levantamentos sobre a normatividade vigente e sobre uma ação de EA em CG de UC paulistas. Foram incorporados dois levantamentos: 1) observação participante, com anotações do pesquisador quando se envolveu com a referida ação educativa; 2) análise da participação de educadores ambientais que desenvolveram a ação educativa em encontros de “grupo focal”.

A tese derivada expôs contribuições de Gramsci não somente à EA, mas também à compreensão das disputas simbólicas, discursivas e práticas nos campos observados e elaborações em perspectiva crítica que atribuam sentidos contra-hegemônicos em cada um deles. No campo da conservação, a premência de se negar o modo de produção hegemônico para superar causas estruturais da crise em que nos encontramos e que dá base à degradação socioambiental com que lidamos. No campo das áreas protegidas, as UC foram tomadas como antítese, negação do modo de produção hegemônico. No da participação e da incidência política, os CG foram percebidos como sujeitos políticos coletivos produtores de sínteses, na tensão dialética das contradições entre as UC e o modo de produção. Já no campo da EA, houve contribuições para fortalecê-la como disruptiva e promotora de situações formativas para que tais agentes políticos aproveitem espaços institucionalizados de gestão de UC para construir compreensões sobre a realidade socioambiental vivida e ampliar sua capacidade organizativa e popular, não institucional, de ação política.

Opta-se neste texto por destacar os subsídios observados em diálogo com categorias gramscianas à EA.³ A EA esteve no centro do objeto de estudo e foi transversal aos demais campos observados, além de a práxis resultante das contribuições de categorias gramscianas a educadores ambientais ser considerada estratégica para se disputar hegemonia em diferentes campos sociais.

1.2 APROXIMAÇÃO COM O REPERTÓRIO GRAMSCIANO E DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1.2.1 AS CATEGORIAS UTILIZADAS

As contribuições de Gramsci ao campo educacional são conhecidas. Para o pensador sardo, a cultura e a educação estão para além do senso comum que as restringe à erudição e à escola, afirmando todas as pessoas como filósofas, no sentido de elaborarem cotidianamente concepções sobre o mundo. Uma das razões dessa contribuição é tomar a cultura como dimensão estratégica na luta por superação do capitalismo.

Esta subseção apoia-se em artigo (MACHADO; SORRENTINO, 2021) decorrente da tese. O estudo dessas categorias referencia-se em Gramsci (1978, 1988, 1999, 2001, 2007) e em intérpretes (PORTELLI, 1977; BIANCHI, 2008; LIGUORI; VOZA, 2017; GRUPPI, 1978; BUCI-GLUKSMANN, 1980; COUTINHO, 1999, 2017; COUTINHO; NOGUEIRA, 1993; GALASTRI, 2014; MARTINS, 2011; DURIGUETTO, 2014; SEMERARO, 2006, dentre outros). Sua finalidade é familiarizar minimamente, assim como subsidiar compreensões de suas contribuições à EA.

3 Recomenda-se a leitura da própria tese (MACHADO, 2020), tanto para quem tiver maior interesse, como para buscar uma compreensão mais completa e aprofundada das exposições feitas neste espaço.

Quadro 1.1 – Sumarização das categorias gramscianas utilizadas em diálogo com a EA

Bloco Histórico: unidade dialética das forças produtivas, relações sociais de produção e superestrutura. Uma “ferramenta” visando à interpretação das relações históricas, permitindo a análise crítica e histórica dos processos de reprodução social, tanto das relações políticas, quanto do padrão de relações sociais. A noção de “Bloco Histórico” se relaciona com a “Grande Política”.

Estado Integral ou Ampliado: observa, analiticamente, a “Sociedade Civil” (aparelhos “privados” produtores de contra-hegemonia) e a “Sociedade Política” (aparelhos de Estado) como momentos, esferas da totalidade “Estado Integral”, afastando-se de clivagens entre ambos. São complementares e reciprocamente influentes, ambos atravessados por projetos societários que disputam contra-hegemonia;

Contra-hegemonia: consenso + coerção. Comandos coercitivos justificados ideologicamente e materializados politicamente no e pelo momento “Sociedade Política”, apoiados em (e que reforçam) consensos construídos e consolidados com e na dimensão “Sociedade Civil”.

Intelectuais Orgânicos: são organicamente ligados a uma perspectiva de classe social para elaborar um modo de pensar, compreender e reproduzir ou problematizar o mundo. Atuam nas relações recíprocas na superestrutura (“Sociedade Civil” e “Sociedade Política”) e entre esta e a estrutura (relações sociais de produção).

Aparelhos de Contra-hegemonia: apoiam a elaboração, disseminação e consolidação de uma ética, de uma mentalidade sobre as relações entre humanos em sociedade e como transformam a natureza por meio do trabalho. São organizações sociais, movimentos da sociedade civil que se articulam e se identificam com práticas contra-hegemônicas, sendo espaços estratégicos na “Guerra de Posições”.

Guerra de Posições: a conquista do Estado, por si, não é suficiente para transformações radicais; é preciso conquistar, antes e processualmente, posições estratégicas no “Estado Integral” para a consolidação de valores e concepções de mundo contra-hegemônicas. Diferentemente da Guerra de Movimento, que pressupõe a tomada do Estado, como em revoluções clássicas.

Partido: o partido político tem a função de “[...] de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política” (GRAMSCI, 2001, p. 24).

Senso comum: concepção de vida mais difundida, assemelhando-se a uma “colcha de retalhos”, com origens e referenciais que subsidiam um entendimento sobre a realidade. Fragmentos mesclando conhecimentos científicos, de economia, valores e posicionamentos perante o mundo originados na religião e na socialização. Um conjunto de conhecimentos difundido pela classe que dirige culturalmente uma sociedade e, assim, pelo consenso, a domina, tendo o Estado como legitimador dessa “contra-hegemonia”, principalmente, pelo Direito.

Catarse: momento de elevação qualitativa da organização do pensamento que sustenta a compreensão da realidade. Reconhecimento da diferença entre aparência e essência de algum fenômeno.

Vontade coletiva: síntese da relação dialética entre a perspectiva ética (vontade idealizadora e idealista, em sentido filosófico) e das causalidades históricas e, portanto, vontades materiais. A “Vontade Coletiva” constrói-se a partir daquilo que é vivido, compreendido em perspectiva crítica e direciona-se a ações e metas concretas, organizadas, planejadas e politicamente conscientes.

1.3 GRAMSCI NA EDUCAÇÃO

Gramsci teve no campo educacional terreno fértil para o seu pensamento. Sua influência fundamenta, filosófica e politicamente, que as concepções hegemônicas de mundo, que dirigem a sociedade em uma formação social capitalista – garantindo o consenso e o consentimento sobre o *status quo* – serão transformadas radicalmente associando-se a dimensão cultural/educacional àquela das relações de produção. União dialética entre abstrato e concreto, subjetivo e objetivo, pensar e agir. Esse entendimento não dogmático do repertório marxiano a eleva a outro patamar na luta política.

Nosella e Azevedo (2012) expõem razões do interesse de Gramsci pela educação. O pensador italiano, certo de que o mundo pode ser transformado, entendia educação e cultura tanto causas quanto efeitos dessa mudança. Reconhecia também processos educativos como meio de formação “massiva” de quadros dirigentes e de cidadãos em geral.

Duas referências em educação, Paulo Freire e Dermeval Saviani, tiveram em Gramsci subsídios para suas obras. Assumem funções típicas de intelectuais orgânicos, propondo a formação de outros, também com capacidade dirigente na sociedade (educadores e lideranças populares). Em ambos, a busca por uma educação que eduque para pensar, dialogar, decidir, incidir, fortalecendo a capacidade política de setores populares.

Freire, por seu método de alfabetização política como processo catártico, uma leitura crítica do mundo em “comunhão” com outros seres humanos (FREIRE, 1987), dentro e fora da escola. O reconhecimento humanista do ser humano e sua “vocação ontológica para ser sujeito” (FREIRE, 1967). Na utilização do senso comum – realidades vividas e apreendidas – como recurso formativo de sua pedagogia como prática da liberdade, buscando seus “núcleos sadios”, que Gramsci chamou de “bom senso”.

Também, pela problematização da realidade buscando mudanças na compreensão do mundo, superando uma visão ingênua e alcançando perspectiva crítica. Sobre tudo, pelo entendimento de que educar e educar-se são atos políticos, e que a educação transforma pessoas e estas interferem na História e mudam o mundo. Uma educação, que tem consciência da necessária luta com forças que não irão aceitá-la pacificamente, uma vez que seu interesse maior se encontra na alienação da sociedade.

Já Saviani, por sua Pedagogia Histórico-Crítica, cujo método parte do senso comum, do conhecimento ainda desorganizado e sincrético da realidade vivida, para uma apreensão contextualizada, coerente, organizada e, por isso, sintética. Um itinerário marcado por passos que fazem emergir apontamentos sobre a realidade que são problematizados, identificando lacunas de conhecimentos para lidar com as questões surgidas. Na catarse desse percurso, uma reelaboração – mais consciente, coerente e organizada – sobre a mesma realidade, a que o aluno ascendeu à medida que se apropriou de conhecimento universalmente construído pela humanidade. Tal itinerário tem, como ponto de chegada, a mesma prática social do ponto de partida, compreendida, contudo, não mais sincreticamente, e sim sinteticamente, de forma mais “elevada” (SAVIANI, 2005).

1.4 CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A partir de “Bloco Histórico”, a questão ambiental não está acima e nem “descolada” das relações de produção. É, portanto, decorrente do padrão hegemônico nas relações sociais de produção e do modelo de desenvolvimento, que geram injustiça e desigualdade no acesso aos bens ambientais e reproduzem um dependente crescimento econômico frente às limitações físicas dos recursos naturais. No Brasil, soma-se a condição de país capitalista dependente, que o faz integrado ao mercado mundial como extrativista de *commodities* (SVAMPA, 2019; HICKEL, 2022). Soberania restrita, superexploração de pessoas e recursos naturais em benefício de poucos, com distribuição desigual dos impactos.

Na EA, o ato de conhecer os elementos estruturais da questão ambiental abordada, desnaturalizando relações sociais de produção e suas decorrências socioambientais já configura uma intervenção, sendo fundamental associar a busca por experimentar concretamente algo “no lugar” daquilo que se critica. Trata-se de uma EA comprometida “praxicamente” com a “Grande Política”. Ainda que partindo da realidade vivida e associando-a taticamente à “Pequena Política”,⁴ promove a passagem do particular ao universal (“Catarse”). Busca contribuir à construção de uma nova “Hegemonia” (concepção de mundo, nova filosofia, nova mentalidade; também nova maneira de produzir, distribuir, consumir, de viver).

A categoria “Estado Integral” contribui à EA à medida que permite compreender a sociedade civil na superestrutura, trazendo-a para a produção de ideologia em termos de concepção de mundo, que galvaniza o que predomina na estrutura e também se nutre dela. Essa concepção de mundo não está dissociada das condições objetivas ou forças materiais, da produção em si. A sociedade civil, assim, não se restringe às relações de produção material; abrange elaborações abstratas sobre o padrão de relações sociais de produção, em um processo educador. A EA media a produção de compreensões que sustentam práticas a partir da crítica às relações sociais de produção concretas que se expressam em problemas ambientais. Uma EA, que parte do concreto e possibilita a construção dialógica de compreensões abstratas que demandam, por sua vez, intervenções no concreto compreendido, definindo sua práxis.

Outra contribuição relativa ao “Estado Integral” é reconhecer sua complexidade em sociedades com um processo avançado de socialização da política. A identificação das “trincheiras e casamatas” que cercam o Estado possibilita compreendê-las como espaços estratégicos a serem disputados por práxis contra-hegemônicas. Desde espaços comunicacionais, até diferentes campos sociais e aqueles burocráticos e normativos, passando pelos de formação em diferentes níveis e escalas. A leitura conjuntural ampla desses “Aparelhos de Hegemonia” no “Estado Integral” é, em si, recurso e pauta da EA.

4 Complementar e contraditória ao mesmo tempo em relação à noção de grande política, a de “pequena política”, ao longo da pesquisa e com base nas aproximações com a obra gramsciana foi compreendida como associada às disputas discursivas, práticas e políticas em cada um dos campos observados na investigação que redundou na tese de suporte a este texto. Embora complexas por si, tais disputas não alcançam a amplitude estrutural necessária da referida “grande política”. Daí a necessidade dessas disputas serem articuladas, em uma perspectiva formativa de EA, a partir da noção de “Bloco Histórico”.

Possibilita a ampliação do horizonte de sua prática política: estar sempre a disputar posições no “Estado Integral”, em sua totalidade, articulando agentes associados a ambas as esferas; buscando transformações na “Sociedade Política” e em como opera e legitima as relações sociais de produção (seus aparelhos jurídicos, coercitivos, formas de relação com a sociedade civil).

Com o conceito de “Hegemonia”, Gramsci afirma que seu desenvolvimento político configura um progresso filosófico, que implica em transformações intelectuais e éticas alinhadas a uma compreensão da realidade que já superou o senso comum e tornou-se crítica. Tais compreensões se associam a uma mudança de valores e uma outra ética na convivência em sociedade, e desta com o que entende por natureza. Precisam tornar-se consenso, produzir alianças. Precisam “dirigir” intelectualmente a sociedade, em termos de ideias-força, valores compartilhados coletivamente que sustentam uma compreensão hegemônica daquilo que se quer como sociedade e aquilo que não se admite nas relações com a natureza. A contribuição à EA está na inspiração de situações formativas em diferentes escalas, voltadas à construção desse consenso dialeticamente formulado a partir do senso comum, visando a superá-lo, tornando-o coerente (do sincrético ao sintético, de Saviani).

São processos formativos, trabalhados por educadores que assumem funções de “Intelectuais Orgânicos”, comprometidos com grupos sociais alijados do desenvolvimento no modelo hegemônico e desigualmente impactados por seus desequilíbrios socioambientais. A intencionalidade formativa está no método de problematizar as condições objetivas e forças materiais, do modo como se produz concretamente e no seu horizonte político: construção de outros projetos societários. Compartilha-se a premissa de que o sistema capitalista – extrativista desde sua origem, imperialista por sua lógica e opressor por necessidade – é incapaz de produzir respostas à crise civilizatória que provocou e de que é efeito, demonstrando-se isso de maneira empiricamente relacionada à realidade vivida.

Com relação aos “Aparelhos de Hegemonia”, são órgãos, instituições, organizações, espaços sociais de alcance público que produzem e reproduzem concepções de mundo alinhadas aos interesses da classe fundamental com a qual se identificam, os valores nos quais se reconhecem. A partir deles também se desenvolve a reforma filosófica, novas concepções de mundo, novas mentalidades.

Tomando-se a crise civilizatória concreta e implacável, atualizações possíveis se remetem à percepção de aportes trazidos por diferentes movimentos que, conscientes e articulados, identificam-se como buscas pela superação do capitalismo. Movimentos socioambientalistas alinhados àqueles que lutam contra variadas formas de opressão que emergem das contradições características do capitalismo contemporâneo, reunindo-os estruturalmente como luta de classes.

O aporte dessa categoria à EA provoca os CG a assumirem-se – e serem assumidos – como aparelhos produtores de contra-hegemonia.⁵ Daí outro papel à EA: contribuir

5 Recomenda-se a leitura do capítulo três da referida tese de suporte a este artigo. Nesse capítulo são expostos os resultados de pesquisa sobre as noções de participação como estratégia pedagógica da EA, dos conselhos como espaços formativos e da incidência política como sentido da EA.

para que nos CG estejam grupos sociais vulneráveis e populares. Isso é possível em situações formativas pautadas metodologicamente pelo “mapeamento” de agentes sociais com base nos conflitos socioambientais naquele território. O protagonismo dos CG na práxis para sociedades sustentáveis advém da qualidade de sua composição e do condicionamento de seu olhar e debates, decisões e atuação política. Ao tomar os CG como produtores de contra-hegemonia, a EA assume o sentido de consolidar uma compreensão em perspectiva crítica de determinada realidade e uma estratégia de incidência política organizada, crítica, orientada e, por extensão, revolucionária.

Isso transgride a noção do senso comum sobre CG, que é tê-lo como espaço formal constituído por membros devidamente nomeados por uma autoridade. No estudo em foco, neles se reconhece a importância da institucionalidade e da legitimidade da nomeação, mas a elas não se restringe. São espaços públicos, de participação aberta a agentes interessados no debate. Espaço de gestão e lugar de encontro; de diálogo para compreender a realidade em perspectiva crítica e projetar incidência política com orientação socioambientalista.⁶

A EA passa a potencializar a criação de um novo terreno ideológico, que reforma consciências e métodos de conhecimento, configurando-se um fato filosófico; auxilia a germinação de uma nova moral e outra ética conforme uma concepção do mundo; e colabora para evidenciar a possibilidade de inserir-se no debate público a partir de práxis contra-hegemônica sobre os problemas socioambientais, suas causas e efeitos e as maneiras de enfrentá-los visando à sua superação.

Ao reconhecer todas as pessoas como filósofas, a EA influenciada pela contribuição de Gramsci as reconhece como intelectualmente capazes não apenas de pensar sobre o que fazem e como vivem, agindo de acordo com concepções de mundo, ainda que sincréticas. São também competentes para pensar o mundo, construir e produzir conhecimento socialmente.

Reconhecendo haver aqueles cujo trabalho especializado seja pensar e compartilhar – os “Intelectuais Orgânicos” – Gramsci entende que todos pensam e agem dialeticamente no mundo. Com base nessa afirmação, a EA assume seu questionamento sobre o que seria melhor: pensar sem disto ter consciência crítica, sem refletir sobre a concepção de mundo “transmitida” de diferentes modos e reproduzida de maneira alienada? Ou participar da elaboração e reelaboração de uma concepção de mundo, sendo o guia de si mesmo e não aceitando, do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?

Trata-se de um processo emancipatório, coadunando-se com intenções já existentes no campo educacional e presentes em reflexões, debates e práticas de EA. A contribuição mais efetiva à EA não se resume ao horizonte emancipatório da prática edu-

6 John Bellamy Foster (2020) em artigo recente nos provoca sobre o surgimento de um “proletariado ambiental” que emerge das lutas por justiça ambiental, sobretudo no sul do mundo. “[...] o proletariado ambiental pode ser percebido como uma força emergente em todo o mundo, como fica evidente na atual luta ecológico-epidemiológica em relação à COVID-19. No entanto, diante da dura realidade do ‘imperialismo no Antropoceno’, o principal *locus* da ação ecológico revolucionária imediata continua sendo o Sul”.

cativa com orientação socioambientalista, mas também quanto ao fundamento desta orientação, que reconhece tratar-se de superar o capitalismo como modo de produção, de organização da sociedade, de modelo de desenvolvimento e maneira de conceber o mundo, as relações entre as pessoas e delas com a natureza, enfim, a vida.

No campo da EA são os educadores e educadoras que assumem funções de “Intelectuais Orgânicos”, utilizando-se das situações formativas como *lóci* para a prática de mobilizar os repertórios preexistentes, as compreensões sincréticas sobre questões ambientais vividas e, em diálogo com a perspectiva crítica e socioambientalista, mediar a construção de outra compreensão, sintética, mais elevada filosoficamente e apontando para a superação do *status quo*. E nessa condição, promover o que foi abordado com a categoria “Catarse”.

Já no campo da gestão de UC, a EA busca promover os CG como “Intelectuais Orgânicos” nos respectivos territórios. Intelectuais coletivos, produtores de sínteses que intervêm na realidade, atuando de forma similar à compreensão gramsciana sobre a missão dos “Partidos” (não restritos a agremiações políticas formais, mas como frentes de lutas identificadas por valores e projetos societários alinhados). E também por sua função de elaborar e disseminar concepções de mundo e tornarem-se “experimentadores históricos” dessas concepções.⁷

Os CG como produtores de contra-hegemonia resultante de processos educadores críticos e emancipatórios assumem funções semelhantes às de um *intelectual orgânico coletivo*. *Intelectual* porque elaborador de uma compreensão sobre a problemática socioambiental e de como superá-la, comprometido com grupos sociais subordinados a uma lógica humana e ecologicamente opressora e degradante. Essa seria a “classe fundamental”, subalterna, com a qual deve haver o compromisso desse intelectual coletivo vinculado, por isso *orgânico*. *Coletivo* em função de sua condição de organismo politicamente estruturado e que compartilha em grande medida de uma concepção de mundo, uma ética e projetos societários comprometidos com a superação do *status quo*.

Esses intelectuais coletivos teriam uma função estratégica, que é a de ser uma interseção da “Sociedade Civil” e da “Sociedade Política”, legitimando a ideologia elaborada pela filosofia da práxis, tornando-a uma concepção de mundo que lhes fornece sua consciência de classe. Assumem a função de compartilhar tal filosofia, fazendo com que grupos não dominantes apreendam e dialoguem sobre essa nova concepção de mundo para acumular forças e conquistar espaço na “Guerra de Posições”.

7 Uma das principais funções da noção de partido seria, com a atuação estratégica dos intelectuais, contribuir para elevar o patamar de consciência dos grupos sociais subalternizados, daquele mais econômico e corporativo àquele de classe, ético-político, em função da necessidade de superação de movimentos espontâneos, mirando o patamar de direção política consciente. Isso pode ser aproximado da elaboração de Sorrentino (1988) que, embora trate diretamente sobre entidades ambientalistas, é aqui colocado em diálogo com a atuação política a partir de colegiados, como os Conselhos de UC impulsionados por ações de EA em perspectiva crítica. Afirma o autor que, “[...] gerando o fato social, canalizando e ecoando as reivindicações e expressando a necessidade de mudanças e sua utopia, as entidades ambientalistas tornam-se movimentos sociais capazes de contribuir para o engajamento de mais pessoas na luta por uma transformação social” (Idem, p. 278).

Na atuação dos “Intelectuais Orgânicos”, sua elaboração intelectual vai além da abstração. É também construção material, com base na experiência efetiva dos grupos sociais com os quais trabalha. Exige que a EA se pautem por situações práticas; teóricas a partir da prática e vice-versa, tomando-se como prática a experimentação concreta de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

Nas ações de EA o “Senso Comum” não deve ser uma adversidade. Ainda que reproduza valores e entendimentos que sustentam um estado de coisas a ser superado, é ponto de partida; reservatório de conhecimentos e referências que, pelo diálogo, seja transformado em um novo e mais elevado “Senso Comum”, que é necessário no âmbito da luta por “Contra-Hegemonia”. A percepção “sincrética” que se tem sobre determinado fenômeno socioambiental inicia processos formativos e emancipatórios, aos quais “Intelectuais Orgânicos” se entregam. É desse “Senso Comum” e aproveitando seus “núcleos sadios de ‘Bom Senso’” que se extraem elementos a serem problematizados pela filosofia da práxis, (re)organizando tal compreensão.

A contribuição da categoria “Catarse” vem do movimento entendido como passagem do objetivo ao subjetivo, retornando ao objetivo sob outra perspectiva. Provoca outras relações entre o concreto (antes vivido, agora também pensado) e a subjetividade dos indivíduos no contexto do coletivo. E também expõe a vivência das condições socioambientais materiais à compreensão e intervenção em perspectiva crítica sobre elas. Movimento educador, cultural e político, sobre a relação dialética entre estrutura e superestrutura na consciência, que se desdobra em intervenção consciente, disputando posições estratégicas.

A categoria “Guerra de Posições” traz à tona a importância de reconhecer a “Sociedade Civil” como germinação de outro Estado, que demanda um processo histórico de lutas e conquistas de diferentes posições, assim como observar que tal disputa implica buscar a expressão dessa contra-hegemonia no âmbito da “Sociedade Política”, com a aproximação entre setores de ambas as esferas, alinhados pela necessidade de transformação.

Ao se reconhecer que essa disputa demanda movimentações táticas visando à conquista de posições – avançando até se criar condições de se conquistar e manter o Estado – se infere que qualquer projeto societário contra-hegemônico precisa ganhar terreno, acumulando condições econômicas, sociais e políticas, sobretudo na “Sociedade Civil”, mas expressando-se também no momento “Sociedade Política”.

Sua contribuição à EA também sugere a elaboração permanente de compreensões sobre a realidade socioambiental e de meios concretos de superá-la. Isso deve ocorrer em diferentes campos sociais e de lutas, alinhando frentes diversas que se identificam pela superação do capitalismo e suas manifestações opressoras, visando interferir na realidade a partir de movimentações táticas, como a incidência em políticas públicas.

A categoria “Vontade Política” é posta em diálogo com o horizonte aqui colocado à EA: a incidência política. Em aproximação com a noção de “Política do Cotidiano”⁸ de Biasoli

8 Apoiando-se em Heidemann (2009), Biasoli destaca que política pública se define como as decisões e ações de governo e de outros agentes, com destaque à capacidade de incidência desses atores não governamentais atuantes na esfera da sociedade civil. Para além de abordagens “estadocêntricas” que

(2015), a “Vontade Coletiva” deve ser trabalhada na relação dialética entre a vontade de uma perspectiva ética e a vontade advinda das causalidades históricas, portanto, materiais.

Isso permite compreender questões estruturais do modo de produção hegemônico, que sobredeterminam manifestações socioambientais vividas concretamente e que impactam a qualidade ambiental e de vida a que estão sujeitos grupos sociais oprimidos pela lógica do capital. No processo educador de formação de “Vontade Coletiva”, esses sujeitos desvelam um padrão de relações sociais, identificando-se e localizando-se na estrutura de classes, assim como as tendências de exploração, acumulação e concentração inerentes a esse modo de produção.

Compreendem, basicamente, a força das sobredeterminações exercida pela dinâmica da acumulação privada no acesso àquilo que deve ser público, coletivo, comum. Isso potencializa o florescimento de algo além da consciência crítica somada àquela socioambientalista: a consciência política, abrindo espaço, portanto, à construção de uma “Vontade Coletiva” direcionada a ações e metas concretas, organizadas, planejadas e conscientes, visando o intervir da realidade apreendida.

Considerando-se haver nas classes subalternizadas um terreno para o ambientalismo e formação de ambientalistas (MARTINEZ-ALIER, 1995), acrescenta-se que seus agentes são os da EA. É sua função construir bases para desenvolver essa vontade coletiva, tendo como sujeitos grupos sociais oprimidos pela lógica capitalista. Bases orientadas, a um horizonte em que se visualize outro projeto de sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado brevemente, Gramsci tem contribuição substantiva à educação. Seja em termos de concepção de educação, seja em termos metodológicos que busquem coerência com tais formas de compreender o que é educar, quem educar e para que educar. Tais demonstrações justificam a recorrência a seu pensamento, visando à reflexão e organização de suas contribuições a uma EA que subsidie as necessárias transformações radicais que as crises atuais nos impõem.

Com relação à natureza das contribuições das categorias gramscianas trabalhadas à EA, observamos que reforçam o sentido político e revolucionário que a EA deve assumir, uma vez que as crises com as quais lida – e partir das quais emerge – não são estritamente ecológicas ou sobre a relação das sociedades com a “natureza”. Têm a profundidade de uma crise civilizatória: de como nos conhecemos, nos concebemos, nos organizamos em sociedade para transformar a “natureza”; de como nos transformamos com isso e de como temos consciência desse processo; de como nós, enquanto indivíduos e coletivos que expressamos a totalidade histórica e social de que somos parte, metabolizamos nossa natureza externa. A EA se subsidiar em Antonio Gramsci para fundamentar-se enquanto concepção de “educação” e de “ambiente” demonstrou-se tanto importante – em

entendem agentes governamentais como protagonistas na formulação e implementação de políticas públicas, existem concepções mais amplas, que tratam as políticas públicas como uma resposta a um problema construído e compreendido coletivamente como “de todos(as), de interesse público”.

termos de fundamentação conceitual e teórico-metodológica –, quanto possível e viável – haja vista a experiência que apresentou diferentes possibilidades de contato com o referencial teórico da pesquisa.

A importância dessas contribuições pode ser atestada a partir de observações posteriores à pesquisa e respectiva tese. Há desdobramentos “práticos”, relacionados à reflexão sobre a prática, que demanda outras elaborações e intervenções, revistas em um ciclo permanente. Por ser uma tese localizada em percurso também prático de políticas públicas de EA é possível observar resultados no âmbito da formação de profissionais servidores públicos envolvidos com o objeto da pesquisa (conservação, EA e participação). Mudanças em suas formas de compreender e lidar com o cotidiano no interior do Estado. Contribuiu à organização de ideias, reflexões e debates que incidem sobre a prática de agentes públicos que atuam em EA em suas relações com a conservação e a participação social.

Pode-se reconhecer que esses desdobramentos ganharam terreno em interfaces para além da gestão e planejamento do manejo de UC, como a fiscalização ambiental, o saneamento e nos zoneamentos ambientais, além de referenciar estudos e pesquisas sobre EA em UC em grupos de pesquisa e coletivos diversos, dialogando com reflexões e debates sobre o Programa Estadual de EA de São Paulo, além da incidência de carreiras públicas da agenda ambiental, com a construção de programas de governo para o estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS

- BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci*. Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008.
- BIASOLI, Semíramis A. *Institucionalização de políticas públicas de educação ambiental: subsídios para a defesa da política do cotidiano*. 235 fls. Tese (Doutorado em Ciências). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2015.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Verbete: grande/pequena política. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano*. Tradução: Ana Maria Chiarini, Diego S. C. Ferreira, Leandro O. Galastri, Silvia Bernardinis. 1. ed. São Paulo, Boitempo, 2017.
- COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs.). *Gramsci e a América Latina*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos Intelectuais em Gramsci. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014.

- FILIPPINI, Michelle. Verbete Partido. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano*. Tradução: Ana Maria Chiarini, Diego S. C. Ferreira, Leandro O. Galastri, Silvia Bernardinis. 1. ed. São Paulo, Boitempo, 2017.
- FOSTER, John Bellamy. Será a hora do proletariado ambiental? *Outras Palavras*. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/a-possivel-emergencia-do-proletariado-ambiental/>. Acesso em: out. 2022.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GALASTRI, Leandro. Gramsci, luta de classes e a questão estrutura versus superestrutura. *Anais do Seminário Nacional de Teoria Marxista*. Uberlândia, 2014. Disponível em: <http://www.seminariomarx.com.br/eixo03/Gramsci,%20luta%20de%20classes%20e%20a%20questao%20estrutura%20versus%20superestrutura.pdf>. Acesso em: jun. 2017.
- GOUVÊA DA SILVA, Antônio Fernando; PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho Almeida. Paulo Freire: uma proposta pedagógica ético-crítica para a Educação Ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; TORRES, Juliana Rezende (orgs.). *Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire*. São Paulo, Cortez, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 1. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *Cartas do Cárcere*. Antologia. Trad. Carlos Diegues. Galícia, Espanha, Estaleiro Editora, 2011.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 6. ed. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- GRUPPI, Luciano. *Conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- HEIDEMANN, Francisco Gabriel. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco Gabriel; SALM, José Francisco (orgs.). *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: UNB, 2009, p. 22-39.

- HICKEL, Jason. Somente a descolonização total pode salvar o mundo. Tradução: Lucas Walmrath. *Revista Jacobin*. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2022/03/somente-a-descolonizacao-total-pode-salvar-o-mundo/>. Acesso em: out. 2022.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *Dicionário Gramsciano*. Trad. Ana Maria Chiarini et al. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MACHADO, Rodrigo. *Educação Ambiental e contra-hegemonia na gestão de Unidades de Conservação: contribuições em diálogo com categorias de Antonio Gramsci*. 2021. 388 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- MACHADO, Rodrigo; SORRENTINO, Marcos. Educação Ambiental, contra-hegemonia e gestão de Unidades de Conservação: aproximações a Antonio Gramsci. *Pesquisa em Educação Ambiental*, vol. 16, n. 2, 2021, p. 41-60.
- MARTINEZ ALIER, Joan. *De la Economía Ecológica al Ecologismo Popular*, Montevideo, Nordan – Comunidad/Icaria, 1995.
- MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. *Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 131-148, set./dez. 2011.
- NOSELLA, Paolo; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A Educação em Gramsci. *Rev. Teoria e Prática da Educação*, v. 15, n. 2, p. 25-33, maio./ago. 2012.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações*. 9. ed. Campinas, Autores Associados, 2005.
- SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. Aparecida – SP: Ideias e Letras, 2006.
- SORRENTINO, Marcos. *Associação para a Proteção Ambiental de São Carlos: subsídios para a compreensão das relações entre movimento ecológico e educação*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 1988.
- SVAMPA, Maristela. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. Trad. Lígia Azevedo. São Paulo, Elefante, 2019.